

GD 10 - ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO

COORDENAÇÃO:

Josefa Alexandrina
Doutora em Educação pela USP

Simone Mestre
Doutora em Sociologia pela UFMG

Apresentação

A incorporação da interseccionalidade como uma perspectiva teórica e prática nunca esteve tão em voga nas Ciências Sociais, especialmente no ensino de Sociologia. Os inúmeros casos de racismos e sexismos denunciados ganham destaque na imprensa brasileira e repercussão nas redes sociais, ao mesmo tempo, sinalizam a necessidade de pensar os processos educativos e a sua interface como debate racial e de gênero como uma “prática de liberdade” (bell hooks, 2017). Neste sentido, o presente GD visa promover o debate sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Ensino de Ciências Sociais. Tal debate se faz essencial na medida em que as desigualdades raciais e as relações de dominação entre gêneros se tornaram nas últimas décadas um tema relevante para as Ciências Sociais e constitui tema privilegiado do ensino, na medida em que estas desigualdades se manifestam no meio educacional e são reproduzidas socialmente. Ademais, o debate público sobre tais temas tem reproduzido pré-conceitos e distorções e tem nos desafiado a refletir sobre os modos de compartilhar saberes e conhecimentos que contribuam para o avanço em direção de uma educação antirracista, o reconhecimento do direito à igualdade e a construção de uma sociedade democrática. Para isso, o GD acolhe pesquisas, projetos de ensino, recursos didáticos e relatos de experiência, que problematizem e abordem metodologias de ensino que entrelacem a perspectiva de raça/etnia/gênero e classe.

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS E A PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO DE MACEIÓ – AL

Francisco Érick de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba

O racismo no Brasil ainda é tratado como tabu em vários espaços. Apesar da quantidade de pesquisas que revelam seus tentáculos e as abissais desigualdades raciais em nosso meio, os resquícios do que se conceituou como sendo nossa ideologia de democracia racial, hoje tratada como mito, ainda são recorrentes (GUIMARÃES, 2021). Na realidade escolar, portanto, ainda é comum a negação do problema. Isso se intensifica em uma conjuntura de negacionismo científico, o qual podemos experimentar recentemente diante dos ataques à ciência e à efetividade das vacinas de Covid-19. Então, qual estratégia adotar para se trabalhar com as relações raciais no ensino médio?

Meu objetivo é propor caminhos que, em minha experiência como professor de Sociologia na rede estadual de Maceió, têm sido positivos. Para muitos colegas ainda é difícil se apropriar das discussões e tratá-las em sala. Eu proponho adotar como metodologia de ensino-aprendizagem a pesquisa científica. As práticas desenvolvidas se referem às atividades que realizei em duas turmas de 1ª série e duas de 3º ano. Apenas aulas expositivas não foram capazes de colocar o problema em profundidade, principalmente por uma postura de contestação do fenômeno, e isso inclui a incompreensão acerca da existência de raças (GUIMARÃES, 2009).

Ainda assim é de se notar que muitas vozes (negras) se levantaram em confirmação de uma série de casos cotidianos, mesmo confundindo-os com a generalidade do *bullying*. O racismo, nesse sentido, tem sido percebido apenas como importunação através de “brincadeiras”, xingamentos e certo nível de exclusão de grupos, uma dimensão sincrônica da discriminação, e que não cobre a extensão objetiva das desigualdades (HASENBALG, 2005).

Na turma A de 1ª série, a abordagem se deu primeiro nos horários de Sociologia e a discussão sobre a modernidade, com ênfase no papel da Colonização das Américas e da África no processo de acumulação primitiva e desenvolvimento do capitalismo. A turma pôde perceber, através de debates, o lugar do racismo como

tecnologia de dominação e produção de riquezas através da violência do tráfico transatlântico (MBEMBE, 2018). O ponto valioso desta abordagem está na compreensão do racismo como um fenômeno que não decorre de ações irracionais (ALMEIDA, 2019). Ele é utilizado como tecnologia de hierarquização e exploração da força de trabalho negra e a criação de privilégios aos brancos.

Em seguida, trabalhamos com a temática em uma série de atividades vinculadas a uma gincana escolar em curso. O subtema da turma é intolerância religiosa. Como eles tiveram contato teórico com a problemática da colonização, estavam aptos a associarem a questão da intolerância religiosa como um problema da desigualdade de poder. A turma escreveu um relatório baseado em uma pesquisa na internet sobre os conceitos de intolerância, racismo e democracia; um *podcast* (“PodCrer”) que sintetizava esta pesquisa; um vídeo sobre os 200 anos da Independência do Brasil e a sociedade que queremos, na qual as formas de intolerância, sobretudo a do racismo religioso, impedem o desenvolvimento da democracia; pesquisaram e sumaram uma série de casos de intolerância, percebendo quantitativa e qualitativamente como há uma preponderância de casos de intolerância contra as religiões de matrizes africanas.

Na turma B de 1ª série temos um Laboratório de Iniciativas Sociais e, entre maio e junho, quando assumi, dentre os temas mais urgentes de serem trabalhados na escola e na comunidade, a turma escolheu o racismo antinegro. De lá para cá: a) discutimos coletivamente os casos que conhecíamos na escola e na comunidade; b) sumamos as principais características dos ocorridos; c) investigamos casos na internet (futebol, redes sociais, escolas, ambientes de trabalho, igreja etc.); d) estudamos em grupos conceitos norteadores, como o de raça, racismo, discriminação e preconceito (GUIMARÃES, 2012); e) assistimos o filme “Amistad” (1997); e) e estamos finalizando uma pesquisa sobre racismo na escola e na comunidade na qual eles construíram juntos um questionário que será aplicado em boa parte das turmas, a fim de compreender as características do fenômeno entre nós.

Nas turmas de 3º ano, primeiro nos apropriamos dos principais paradigmas adotados pelas Ciências Sociais na investigação do racismo no Brasil: a) Oliveira Vianna e o racismo científico do século XIX; b) Gilberto Freyre e a democracia racial; c) Florestan Fernandes e a Geração Unesco (MACHADO; AMORIM; BARROS,

2016); d) cor e raça em Sergio Alfredo Guimarães; e) e as desigualdades raciais em Carlos Hasenbalg.

Na sequência, as turmas se dividiram em equipes para compor seminários e escolheram temas que apareceram em nossos encontros: mobilidade social e estratificação de classes e raças; feminismo negro e interseccional; racismo religioso e intolerância; atualidades: trabalho análogo à escravidão; movimentos negros; além de discutirem referências literárias, como o *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus (1960), e a biografia de *Mahomah Baquaqua* (2015).

A postura ativa na aquisição de informações sobre este fenômeno permitiu, em grande medida, mas não generalizadamente, a conversão de uma postura de negação em uma atitude de descoberta e construção de conhecimento: exploramos estatísticas, mas antes buscamos compreender como elas são produzidas e quais conceitos são usados; discutimos teorias, mas também produzimos conhecimento, seja sintetizando referências bibliográficas ou entregando sínteses das características de casos coletados virtualmente e na realidade escolar; além de termos criado um espaço confortável de escuta e crítica que, ao meu ver, se torna mais convidativo para a conversão do saber em prática política. Por fim, ainda em novembro de 2022, realizaremos uma exposição destes trabalhos para toda a comunidade escolar, valorizando o protagonismo estudantil, a pesquisa científica e o comprometimento com o antirracismo.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. Coordenação de Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Edição Kindle.
- AMISTAD. Steven Spielberg. EUA: Debbie Allen, DreamWorks e HBO. 1997. 155 min.
- BAQUAQUA, M. G. **Biografia de Mahomah Gardo Baquaqua**. Detroit: GEO. E. Pomeroy & Co., 1854. Tradução Marcelo S. Gonçalves. Edição eletrônica: Paraná, 2015.
- GUIMARÃES, A. S. A. A democracia racial revisitada. *In*: _____. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021, pp. 225-264.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e racismo no Brasil. *In:* _____. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009, pp. 21-38.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. Sociologia brasileira. *In:* **Sociologia hoje**: ensino médio (volume único). 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 2016, pp. 188-194.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

BREGA E REPRESENTATIVIDADE: reflexões sociológicas sobre o Calipso e o brega como campo simbólico nos anos 2000

Matheus Santos Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

O presente trabalho se concentra em entender como se forma um possível campo simbólico de dominação e dominados, de entender a forma em que um grupo social legitima a arte e o campo musical de uma região que historicamente é vítima de preconceitos. Através da análise comparativa dedutiva nas redes sociais de perfis de fãs dos artistas analisados, usando a cantora Joelma como modo de entrar nesse campo, e entender o possível campo, elaboramos este trabalho.

A análise também perpassa pelo sentido de uma possibilidade do entendimento de como esse provável campo trabalha e caminha de maneira autônoma, com a evolução constante, através do respeito aos seus primeiros representantes, que constroem e representam para o público uma cultura e uma autonomia próprias para si, usando a música como exemplo disso.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder. Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GILROY, P. O Atlântico Negro. **Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. Da diáspora. **Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO do Brasil, 2003.

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO PARA OS DILEMAS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

Manuel Jesus Guerra Sepúlveda Neto
Universidade de Brasília

Este texto é uma discussão teórica acerca das contribuições que o pensamento feminista negro pode promover para a superação dos dilemas ontológicos e epistemológicos do ensino de Sociologia na educação básica brasileira. A intermitência da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no currículo escolar está aqui em pauta, em consequência da Reforma do Ensino Médio. Essa discussão nos leva a pensar sobre as condições objetivas do ensino de Sociologia, e os meios para se justificar a disciplina como necessária para a realização dos objetivos de aprendizagem da educação básica.

Oliveira (2014) provoca o debate acerca dos problemas de caráter ontológicos ao ensino de Sociologia através da produção de Giddens (1978; 1991). Não somente a Sociologia consiste na construção de uma nova percepção sobre fenômenos sociais, como também possui um caráter de dupla hermenêutica, no qual o conhecimento especializado produzido pelas Ciências Sociais se inicia no estudo da prática dos sujeitos, embora também implique em impacto sobre essa mesma prática, uma vez que os conceitos e as ideias produzidos cientificamente são apropriados pelos sujeitos.

Dessa maneira pode-se parecer que existe uma fraqueza no rigor científico da Sociologia, a posicionando hierarquicamente abaixo das outras disciplinas escolares, afinal qualquer agente envolvido, sejam os educadores, os educandos ou os indivíduos da comunidade escolar, tem algo a dizer sobre o social e sobre si mesmos, e isso se confunde com a produção especializada da Sociologia.

Para tanto, Oliveira (2014) chama a atenção para o desafio metodológico do Ensino de Sociologia, acerca dos problemas de caráter epistemológico. Em suma, as aulas dessa disciplina não devem se tratar de uma grande conversa sobre as experiências cotidianas dos estudantes, nem também de uma digressão da história da Sociologia através de seus teóricos clássicos. O ensino de Sociologia implica em

“articular a realidade vivenciada pelo aluno, pela comunidade na qual a escola está inserida e pelo professor com a teoria sociológica” (OLIVEIRA, 2014).

Silva (2007) considerou que o extremo afastamento do estudante da apropriação dos instrumentos e dos fundamentos da produção do conhecimento científico levaria a Sociologia escolar a um caráter genérico, propiciado por currículos organizados por noções, competências, temas e módulos, denominando esse movimento como “um dos dilemas epistemológicos no contexto de institucionalização da Sociologia como disciplina escolar” (SILVA, 2007).

Para Oliveira (2014), o fato de as barreiras do conhecimento sociológico não serem estanques complexifica essa ciência, uma vez que seus diagnósticos mobilizam os sujeitos à reflexividade acerca das próprias concepções sobre o mundo em que agem. Portanto, trata-se da apropriação dos métodos de análise que a Sociologia dispõe, e o ensino dessa disciplina na educação básica é o momento de construção da inteligibilidade que possibilita os sujeitos a usarem a linguagem sociológica, que circula no ambiente acadêmico.

Percebemos que o dilema epistemológico não está necessariamente na proximidade entre o objeto de pesquisa da Sociologia e o que os estudantes pensam a respeito, que os permitem discordar ou concordar com os resultados do fazer científico sociológico. Porém, no próprio fazer dessa ciência social, que constantemente se vê reafirmando seus métodos de análise para se justificar como legítima no campo da produção de conhecimento.

As categorias sociológicas medeiam a forma como a Sociologia produz seu conhecimento, bem como a forma como esta ciência se apropria da realidade. Estas duas dimensões, a produção do conhecimento e a apropriação da realidade, devem ser encaradas como dimensões desafiadoras para a prática pedagógica no ensino médio, tendo em vista que é por meio da prática educativa que realizamos uma transformação em termos de complexidade, linguagem, expressividade, e abstração para trazer o olhar sociológico para o ensino médio (OLIVEIRA, 2011, p. 119).

Dessa forma, o desafio aqui posto é reconhecer que o estudante, à medida que se apropria da realidade, também produz conhecimento, e pode ter esse processo amplificado e complexificado a partir dos instrumentos e das ferramentas de pesquisa que a Sociologia têm a oferecer. A questão é como validar a experiência da realidade como um ponto de partida possível e rico para a produção de conhecimento

sociológico e, para isso, recorreremos à contribuição do pensamento feminista negro, em busca de uma proposta teórico-metodológica que possibilite caminhos para a superação desses dilemas ontológicos e epistemológicos.

Reconhecemos que os dilemas do ensino de Sociologia estão atrelados aos desafios do próprio fazer sociológico, por isso recorreremos ao diálogo entre Bell Hooks (2019) e Collins (2016) sobre as contribuições do pensamento feminista negro para a produção sociológica, a partir de propostas teórico-metodológicas que revisitam os pressupostos ontológicos e epistemológicos das Ciências Humanas e Sociais. Usamos também o exemplo de Nascimento (2021), que propõe um outro olhar para a historiografia brasileira, demonstrando que é possível enxergar novas realidades, na medida em que a produção intelectual reconhece a agência dos sujeitos de pesquisa.

O debate acerca dos aspectos ontológicos e epistemológicos das Ciências Humanas e Sociais, e em específico para esta discussão, da produção de conhecimento sociológico, é extenso no pensamento feminista negro. Temos que o posicionamento dessas pensadoras em relação à produção hegemônica de conhecimento científico é sobretudo um questionamento ontológico, que busca validar existências e realidades sistematicamente marginalizadas e invisibilizadas nas interpretações da sociedade. Por sua vez, essa discussão propõe novas epistemologias que repensam os pressupostos da teoria sociológica. Entenderemos melhor esse debate à medida que passarmos pelo trabalho de Hooks (2019), acerca da defesa de uma teoria feminista negra; e Collins (2016), sobre as contribuições do pensamento feminista negro para a teoria sociológica.

Em *Teoria Feminista - Da Margem ao Centro* (2019), Bell Hooks demanda uma produção de conhecimento que preze pelo movimento que parta da prática, formule teorias que, por sua vez, se voltem novamente à prática. Pode-se considerar que Hooks é uma intelectual do porvir, propositiva, que lida de maneira instrumental com os dilemas das relações sociais. A questão que se coloca ao longo de todo o texto é o que se pode fazer para se resolver os problemas das agentes através da produção teórica. De maneira que, a teoria tem um papel importante na compreensão do problema e na proposição de soluções, mas a relação dessa teoria com a experiência das agentes é indispensável. As experiências, para hooks, não são

individuais. Elas são sintomáticas da posição social que essas agentes ocupam nas estruturas sociais.

Para Nascimento (2021), essa disciplina que oblitera sistematicamente a agência de corpos negros é incapaz de compreender de maneira extensa a realidade da história da sociedade brasileira, porque produz histórias fragmentadas e estereotipadas acerca da população negra no Brasil. Uma vez que se considera uma revolução historiográfica, na qual a produção científica parte da concepção que a população negra tem histórias, tradições e formas de compressão de si própria anteriores e simultâneas à condição de escravizada, que produz organização social e estratégias de humanização apesar das condições objetivas, tem-se uma outra forma de enxergar a realidade, o que torna a narrativa mais robusta e complexa. É por isso que Beatriz Nascimento ressalta a necessidade de uma ciência formada a partir da episteme e da agência negra, na qual esses sujeitos se tornam seus próprios interlocutores. Ainda assim, o racismo epistêmico faz de Beatriz Nascimento sua vítima, provocando seu apagamento e seu esquecimento da produção intelectual, sendo, assim, mais um motivo da importância de se recuperar seus escritos e evidenciar suas contribuições.

Assim, é insuficiente produzir conhecimento sobre as mulheres negras, ou apenas se mostrar interessado nos relatos de mulheres negras, agindo como se coubesse à branquitude decidir sobre a autenticidade dessas experiências. Para Hooks (2019), essas mulheres compreendem seu posicionamento no mundo e mais do que isso, compreendem que foram transformadas como objeto de estudo do discurso privilegiado da branquitude, assim permanecendo “em uma situação desigual de inferioridade” (HOOKS, 2019, p. 42). Portanto, não há necessidade de uma teoria que explique que as mulheres negras são oprimidas.

Muito pelo contrário, o que Collins (2016) demonstra, através do trabalho de Judith Rollins (1985), é que ao terem suas presenças ignoradas pela branquitude, as mulheres negras passam a detectar elementos da realidade e perspectivas inacessíveis aos grupos dominantes. Essa discussão será melhor desenvolvida com o conceito de *outsider within*. Não se trata também de reconhecer que há pontos de vista que foram excluídos e, assim, cada grupo vai pesquisar sobre suas experiências sem a interação entre um campo e outro.

Trata-se de enriquecer a teoria sociológica com conhecimentos que até então não estavam disponíveis para os que comungam de uma teoria da universalidade. Isso porque eles eram incapazes de acessar as vivências daquelas que estavam institucionalmente fora dos campos de produção de conhecimento. No entanto, usufruir das vantagens desse enriquecimento da teoria sociológica significa reavaliar criticamente não só o conteúdo das produções, mas também a forma de se produzir, nos colocando em contraste com os pressupostos da produção teórica e, em certa medida, do próprio fazer científico.

Collins (2016) usa da dinâmica entre as categorias de *insider* e *outsider* para argumentar a respeito desses conhecimentos indisponíveis para a teoria da universalidade. *Insiders* são aqueles de dentro de um grupo que partilham de visões de mundo similares, pois se encaixam em padrões sociais semelhantes, que passam por um processo de socialização e treinamento que os possibilita comungar da mesma linguagem.

Um indivíduo se torna um *insider* ao traduzir uma teoria ou visão de mundo em sua própria linguagem, até que um dia o indivíduo se converte ao pensar e agir de acordo com aquela visão de mundo (COLLINS, 2016, p. 117).

Para que mulheres negras pudessem adquirir o status de *insider*, teriam que assimilar um ponto de vista incongruente com o seu próprio. Isso acontece porque a tradição do conhecimento sociológico pressupõe a omissão e distorção de fatos sobre as mulheres negras, que custam a elas sua subjetividade humana (COLLINS, 2016).

Ainda assim, não podem ser consideradas *outsiders*, porque elas também não estão completamente fora do círculo de produção de conhecimento, uma vez que conquistam seus espaços de reivindicação do poder pela narrativa do *self*. Por isso, Collins (2016) atribui o *status* de *outsider within*, de quem não comunga com os princípios excludentes, mas ao mesmo tempo pertence ao espaço de diálogo, e contribui com análises da realidade, que foram sistematicamente obscurecidas por abordagens ortodoxas.

Para Collins (2016) fazer uso do potencial criativo de *outsider within* é aproximar o conteúdo de seus trabalhos consigo mesmas e se associar à liberdade de ser diferente, em benefício de uma solidariedade humana.

[...] os homens negros, a classe trabalhadora, as mulheres brancas, outras pessoas de cor, minorias religiosas e sexuais e todos os indivíduos que, mesmo tendo vindo de um estrato social que os proveu com benefícios do *insiderism*, nunca se sentiram confortáveis com as suposições deste último, consideradas como certas (COLLINS, 2016, p. 122).

Por isso, o *status de outsider within* não é algo exclusivo das mulheres negras, mas uma variedade de indivíduos pode aprender com essa experiência.

Afinal, se os dilemas ontológicos e epistemológicos do ensino de Sociologia na educação básica perpassam pela dificuldade de se justificar como conhecimento especializado válido, porque estão muito próximos da experiência dos estudantes, o pensamento feminista negro demonstra que essa experiência, quando metodologicamente bem articulada, pode ser um trunfo no enriquecimento e na complexificação da produção científica.

É nesta articulação, entre a realidade e a teoria, que reside a necessidade de se realizar um salto epistemológico, no sentido de tornar as categorias sociológicas palatáveis ao Ensino Médio. O processo teórico não vale por si mesmo se não possuir um potencial heurístico explicativo sobre a realidade social, a teoria precisa dizer algo sobre a realidade do aluno. Para realizar tal articulação necessitamos da interface realizada pelo senso comum, que é, por excelência, nosso ponto de partida, por mais que não possa se congregar como nosso ponto de chegada. (OLIVEIRA, 2011, p. 119-120).

O estudante de Sociologia da educação básica é um sujeito agente de sua própria realidade, e uma sala de aula é composta por uma variabilidade extensa de possibilidades. O ensino de Sociologia tem a ganhar quando considera que o estudante também é produtor de conhecimento e sujeito de sua própria história. Portanto, não se trata apenas de validar experiências, mas analisá-las através de métodos científicos, nos quais os sujeitos educacionais se veem refletidos, tanto no resultado da pesquisa quanto no processo de produção do conhecimento.

Esse sujeito, para quem se ensina Sociologia, aprende a considerar o contexto no qual o conhecimento é produzido, e se percebe tanto sujeito de análise quanto de discussão. Ao passo que a BNCC preza por propósitos que direcionam a educação brasileira à construção de uma sociedade mais justa e democrática, a Sociologia é a disciplina que pode disponibilizar dispositivos de análise crítica e compreensão de si, contanto que abrace o potencial criativo de analisar o que está além do objeto já dado.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação (org.). **Base Nacional Comum Curricular: educação é base**. Brasília: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, 2018. 600 p.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 99– 127, 2016.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal (org.). **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal**. Brasília, 2020. 193 p. 163-167.
- GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- HOOKS, b. **Teoria feminista: da margem ao centro**. tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MEUCCI, Simone. História da disciplina na educação básica no Brasil, o ensino da Sociologia e a. In: BRUNETTA, Aantonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo.(Org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Café com Sociologia, 2020.
- NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização Alex Ratts. - 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- OLIVEIRA, A. Ensino de Sociologia: desafios epistemológicos para o Ensino Médio. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 119, p. 115-121, 16 fev. 2011.
- OLIVEIRA, A. Sentidos e Dilemas do Ensino de Sociologia: Um Olhar Sociológico. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 1, n. 9, 2013.
- OLIVEIRA, A. Os desafios teórico-metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Perspectiva**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 1019-1044, 2014.
- OLIVEIRA, A. Ensino de Sociologia na educação básica: expansão, retrocessos e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, v. 34, n. 111, p. 27-40, maio/ago. 2021.
- ROLLINS, J. **Between women, domestics and their employers**. Philadelphia: Temple University Press, 1985.
- SILVA, I. F. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2012.
- VARGAS, F. O ensino da sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. In: Vera Lúcia dos Santos Schwarz. (Org.). **Educação básica: Um debate teórico sobre o ensino da sociologia**. 1ªed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, v. , p. 11-28.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: uma análise contemporânea do ensino de Sociologia no ensino médio em Vitória da Conquista - BA.

Marcos Freitas Dutra

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

O Brasil foi o último país das Américas a abolir o regime escravocrata e, conseqüentemente, a participação do povo negro foi extremamente restrita durante o império. A nossa história também foi construída por este povo que ainda é bastante desconhecida em nossa sociedade.

Ao longo da história do Brasil, as nossas escolas negaram os conhecimentos em relação à história da África. Dizia Abdias Nascimento:

“Quando as nossas escolas ensinam apenas que o negro veio da África como escravo, cometem e perpetuam o crime de roubar de nossas crianças a sua própria história. Mas a história da África é o retrato do povo que durante quatro quintos de existência do Brasil, constituiu mais de dois terços de sua população e que ainda hoje compõe uma maioria minorizada. Até hoje nossos livros didáticos contam ‘balela’ como aquela de que o africano aceitava a condição escrava. Ora! A história da escravidão no Brasil é a crônica da constante e multifacetada resistência dos africanos” (ABDIAS DO NASCIMENTO, 1997).

“A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais” (Petronilha, Porto Alegre, dezembro, 2007).

Cabe à educação ser a fomentadora dessa emancipação e definir o tipo de cidadania no Brasil. Destarte, garantir abordagens metodológicas que respeitem as diferenças, reconhecimento da história cultural dos descendentes de africanos, é parte desse empreendimento.

Problema de pesquisa

Este projeto de pesquisa visa analisar as estratégias metodológicas e pedagógicas utilizadas na licenciatura em Ciências Sociais – UESB, no que tange às relações étnico-raciais em comparação com a aplicação pedagógica nos planos e na

prática docente de algumas escolas estaduais do ensino médio na disciplina de Sociologia, da cidade de Vitória da Conquista - BA, a fim de se identificar as principais dificuldades que os docentes no ensino médio apresentam na aplicação deste conteúdo ao tempo em que será observado como os discentes apreendem essa temática, levando em consideração novas abordagens e perspectivas pedagógicas e metodológicas.

Metodologia

Para a realização desse projeto busquei fazer uma pesquisa bibliográfica profunda com autores negros brasileiros com base em suas obras sobre raça, racismo, educação e questões étnico-raciais, nos principais marcos legais nacionais e internacionais que tratam sobre obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-raciais nas instituições públicas e privadas da educação básica no Brasil, a exemplo do Plano Nacional de Educação, do Conselho Nacional de Educação, a Lei nº 10.639/2003, do Plano Estadual de Educação da Bahia, do Conselho Estadual de Educação da Bahia, do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista, do Conselho Municipal da Educação de Vitória da Conquista, da Base Nacional Comum Curricular, da ONU e da UNESCO e em análises de pesquisas da Scielo, periódicos, entre outros bancos de dados científicos sob a orientação do meu orientador.

Também foram utilizadas estratégias de entrevistas com os coordenadores pedagógicos das escolas estaduais por meio de vídeoconferência através da plataforma Google Meet. E, por fim, a utilização da base de bancos de dados da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, de Vitória da Conquista, utilizando como metodologia de pesquisa as palavras-chaves: raça, racismo, negro, juventude, juventude negra, erer e quilombolas.

Resultados e discussão

Confesso que entrevistar apenas três escolas estaduais foi extremamente pouco para apresentar uma pesquisa bem fundamentada, tendo em vista a importância dela para a educação das Relações Étnico-raciais no Ensino de Sociologia no Ensino Médio, em Vitória da Conquista, mas foi o que consegui, dadas as circunstâncias impostas pela pandemia.

Entretanto, foi possível observar com os relatos dos coordenadores das três escolas estaduais que a Lei nº 10.639/03 encontra muita dificuldade na sua implementação dentro do currículo escolar. O parecer CNE/CP3/2004, esclarece com precisão que a Lei nº 10.639, não se trata apenas de oferecer conteúdos sobre a participação do negro na sociedade brasileira, mas principalmente, ele mostra que a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana não visa tornar as pessoas mais conhecedoras da História e das Culturas Afro-brasileira e Africana, mas reeducar as relações étnico-raciais, de modo que todos descendentes de europeus, asiáticos, africanos e povos indígenas, promovam a valorização da identidade, da cultura e da história das pessoas negras, que constituem o segmento mais oprimido, discriminado, marginalizado e desrespeitado da nossa sociedade.

Em uma das entrevistas pude observar um avanço no que se refere ao trabalho pedagógico sobre as questões de mestiçagem, racismo estrutural e sobre as comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista dentro da sala de aula, por meio de conteúdos bibliográficos e pesquisas de campo. Vale ressaltar que o Plano Nacional para Implementação da Lei nº 10.639/03, que trata sobre a Educação das Relações Étnico-raciais reforça que: “a implementação de ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didáticos diversos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade cultural, a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas à educação para as relações étnico-raciais”, é de suma importância para a promoção de práticas que mostrem a potencialidade das pessoas negras, que demonstrem a potencialidade da contribuição do povo negro, que exponha que as relações raciais no Brasil são pautas da sociedade brasileira como um todo.

Nesse sentido fica evidente a necessidade e a urgência de se trabalhar como propõe o CNE/CP3/2004, o Plano Nacional para a Educação das Relações Étnico-raciais e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais, uma “formação inicial e continuada aos professores desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos das culturas afro-brasileira e indígena, e o desenvolvimento de uma educação plural e emancipadora para as relações étnico-raciais”.

A Lei nº 10.639/03 precisa estar presente em todos os segmentos da educação pública e privada, das creches às universidades, porque ela trata da implementação de diferentes currículos na escola. Ela faz parte da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que é a constituição máxima no âmbito da educação brasileira.

Conclusões

A ideia de que a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida, tendo-se como referências os seguintes princípios: “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações”, e também com incentivos e políticas pensadas a partir das escolas públicas e privadas sobre a implementação de cursos de capacitação e profissionalização do docente sobre a Educação das Relações Étnico-raciais na educação básica, sobretudo no ensino de Sociologia no ensino médio, tem e deve ser uma, se não a principal pauta da educação na contemporaneidade, principalmente em se tratando de Brasil e América Latina.

Só a partir dessas discussões é que poderemos compreender a real importância da escola e o papel dos professores, sobretudo os da área da Sociologia, na construção de uma educação emancipadora, antirracista, plural, crítica e reflexiva. Em pleno século XXI, como espaço de diferentes saberes, conhecimentos, culturas e diversidades que é a escola, é inadmissível continuarmos nos silenciando diante desse racismo estrutural que tanto perpetua o preconceito e a discriminação dentro desses lugares. Seja na elaboração dos currículos dos diferentes níveis da educação para o ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana, ao protagonismo das diferentes populações que durante esses mais de 500 anos de Brasil, vem sendo oprimida, violentada e tendo os seus direitos de ser e existir negados e exterminados.

Com a pandemia tem sido tudo muito difícil, principalmente quando o assunto é a educação pública. Ela tem escancarado cotidianamente a gritante desigualdade que assola a nossa comunidade, principalmente, nas populações historicamente descriminalizadas.

Portanto, há muito a que se fazer ainda para a implementação da Lei nº 10.639/03, que versa sobre a Educação das Relações Étnico-raciais nas escolas

públicas estaduais de Vitória da Conquista. Que sejamos aqueles professores que vão junto com os estudantes virar a chave, mostrar para eles os caminhos de emancipação, mostrar para eles o caminho de resistência, mas também de existência, de seu pertencimento étnico e ancestral.

Referências bibliográficas

ONU/UNESCO. Juventude e suas relações com a educação. **rev. Teoria e Prática da Educação**. v. 17, n. 1, p. Janeiro/Abril 2014.

BARBOSA, P. A violência social e o genocídio da juventude negra do Brasil. **História Revista**, 25(3), 146–166. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v25i3.66222>

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva: um levantamento histórico / Secretária Nacional de Juventude**. – Brasília: SNJ, 52 p. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório da 1ª Reunião do Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva**. Brasília, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório de Gestão 2015**. Brasília, 2015.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. Disponível em: www.mec.gov.br/cne

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1997.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?lang=pt&format=pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/>.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes**. 2013. Disponível em: https://nacoesunidas.org/img/2014/10/%20N1362881_pt-br.pdf

BRASIL. **Plano Estadual de Educação. 2016-2026**. Lei Estadual nº. 13.559 de 11 de maio de 2016. Secretária de Educação do Estado da Bahia – 12/05/2016. Disponível em: <https://portal.uneb.br/prograd/wp-content/uploads/sites/63/2019/06/lei-pee-ba-2016.pdf>

BRASIL. **Plano Municipal de Educação – PME**. Vitória da Conquista. LEI Nº. 2.042, de 26 de Junho de 2015.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília, 2004b. Disponível em: www.mee.gov.br/cne

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>

PEREIRA, Gislaine dos Santos. BNCC e o futuro da sociologia no ensino médio: uma análise comparativa. **Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. CABECS, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p.11-32, 2020.

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2006.

UNESCO. **Fórum Mundial da Juventude conclui em Dacar**. 2001. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/youth/conclusao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

O DEBATE RACIAL NO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: problematizações a partir do ENESEB (2013-2021)

Marcela de Andrade Rufato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nesta comunicação apresentarei parte dos resultados de minha pesquisa de doutorado, ainda em andamento, sobre práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Sociologia no ensino médio. Identificamos que a presença de questões raciais tem sido muito tímida no subcampo de ensino das Ciências Sociais e nos materiais e documentos da Sociologia escolar, apesar de discussão racial ser fundante na história das Ciências Sociais no Brasil, e permanecer em sua agenda de pesquisa até os dias de hoje, e apesar de o retorno da Sociologia aos currículos do ensino médio ter ocorrido após a Lei nº 10.639 de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em toda a educação básica. A partir dos ensinamentos de Nilma Lino Gomes (2017), analisamos criticamente esse cenário como uma Pedagogia das ausências, que produz ativamente inexistências. Na contramão, dialeticamente, encontramos emergências entre os trabalhos do Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), especialmente a partir de sua quinta edição, realizada em 2017. Considerando a importância desse evento para organização e divulgação do ensino de Sociologia, tanto como agenda de pesquisa acadêmica quanto como disciplina escolar, julgamos ser uma importante contribuição para nosso subcampo visibilizar, divulgar e analisar essa emergência.

O ENESEB é o principal evento do ensino de Sociologia atualmente. Foi organizado pela primeira vez em 2009, pelo grupo de trabalho de “Ensino de Sociologia” da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Desde então, ocorre a cada dois anos, completando já sete edições e congregando apresentações e trabalhos tanto de pesquisadoras e professoras da educação superior quanto de estudantes de licenciatura em Ciências Sociais e professoras da educação básica.

Infelizmente, ele não possui um repositório próprio e unificado com as memórias e os materiais de suas edições. Isso trouxe algumas dificuldades para nosso levantamento, especialmente em relação as duas primeiras edições. Segundo relato da professora Danyelle Nilin Gonçalves (2015), essas edições tiveram

formatos diferentes do atual. Na primeira edição, não houve submissão de trabalhos para apresentação; e, na segunda, as submissões de trabalhos foram apenas em formato de pôsteres. Assim, priorizamos nossa análise sobre as cinco últimas edições, realizadas entre 2013 e 2021.

Minha análise se deu, principalmente, pela revisão dos títulos da programação, tanto em conferências e mesas redondas quanto dos trabalhos submetidos em formato de oficinas, pôsteres, grupos de trabalhos e comunicação oral. Selecionamos todos aqueles com algum termo relacionado ao debate racial, especialmente nas questões da negritude e das populações negras e afro-latino-americanas. A partir da identificação dos títulos, buscamos e analisamos os resumos submetidos e os trabalhos completos, quando disponibilizados.

Na revisão da programação geral do evento, percebemos que o debate racial ainda ganhou espaço cativo entre as conferências e mesas redondas. Ele foi identificado apenas na edição de 2019, na mesa redonda “O ensino de Sociologia e o debate sobre a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero”. Constatamos, assim, que o debate racial no ENESEB não tem se dado pela iniciativa de suas comissões organizadoras, mas pela ação das agentes do campo que submetem propostas e trabalhos.

Entre as oficinas pedagógicas aprovadas, identificamos uma presença relativamente estável. Em cada uma das cinco edições houve anúncio de, pelo menos, uma oficina sobre o tema. Apenas na edição de 2019, foram duas oficinas, curiosamente, ambas com proposta de jogo de tabuleiro sobre racismo no Brasil.

Quanto aos pôsteres, não tivemos acesso à lista dos apresentados na edição de 2013, mas nas edições seguintes identificamos uma presença timidamente crescente: em 2015, 1; em 2017 e 2019, 6 em cada e, em 2021, 8. Desse total de 21 pôsteres, identificamos pelos resumos que metade deles eram relatos de experiências de PIBID. Outros três apresentavam pesquisas de iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso. O restante não tinha informação dessa natureza.

Entre os Grupos de Trabalho (GT) propostos, notamos que, na edição de 2013, o tema foi mencionado apenas no resumo de um GT, intitulado “Educação para diversidade”. Nas três últimas edições, já o encontramos nos títulos e nos resumos. Em 2017, apareceu no GT4, “O ensino da diversidade na Sociologia do Ensino Médio:

estratégias para educação de gênero e relações étnico-raciais na escola”. Em 2019, foi o GT11, “Relações afroindígenas e o ensino de Ciências Sociais no Brasil”. Em 2021, esteve no GT2, “Afro-americanidade no ensino de Sociologia: contribuições e atravessamentos nas práticas pedagógicas”. Os títulos já indicam e os resumos confirmaram que se trataram em cada edição de propostas distintas de GT, apesar da proximidade temática. As coordenações também foram diferentes em cada uma das edições, evidenciando que não houve continuidade entre elas.

Entre os trabalhos submetidos a esses e outros GTs, localizamos um total de 79 comunicações orais com alguma proximidade com o tema, sendo 9 em 2013, 6 em 2015, 10 em 2017, 23 em 2019 e 31 em 2021. Esses resultados, além de uma tendência de expansão, evidenciaram o quanto a existência de um GT específico sobre o tema mobiliza significativamente o seu aparecimento no evento. Desses 79 trabalhos, 38 tivemos acesso apenas ao título e nome das autoras, 11 tivemos acesso apenas ao resumo e 37 pudemos ler o trabalho completo. Essas comunicações mobilizaram a autoria de 125 pessoas, sendo majoritariamente de nomes femininos: 94. Mais da metade dessas comunicações foram de autoria compartilhada.

Analisando a autoria das oficinas, dos pôsteres e das comunicações orais em conjunto, observamos a menção de vínculo a 42 diferentes instituições de ensino superior, espalhadas por todas as regiões do país, entretanto com preponderância igualmente de instituições do Sudeste (14) e do Nordeste (14), seguidas por do Sul (7), Norte (4) e Centro-Oeste (3). A UNESP e a UEL são as únicas instituições vinculadas a trabalhos submetidos nas cinco edições analisadas. Esses dados nos sugerem que os trabalhos com os temas das relações raciais no ensino de Sociologia, à exceção dessas duas instituições, é provavelmente descontínuo e não institucionalizado.

Assim como no caso dos pôsteres, entre as comunicações orais é significativa a menção a experiências de PIBID e Residência Pedagógica. Entretanto, encontramos também trabalhos com relatos de estágio, de projetos de extensão vinculados a NEABI e trabalho de professoras da educação básica, tanto individualmente quanto em equipes multidisciplinares.

Quanto ao conteúdo encontramos uma diversidade grande de temas e abordagens. Isso nos pareceu seguir uma tendência mais geral de diversificação dos

estudos sobre relações raciais, conforme identificado e problematizado pela revisão de Paula Cristina da Silva Barreto e outras autoras (2021). Segundo as autoras, até a década de 1990, as pesquisas sobre questões raciais se concentraram nas Ciências Sociais e em uma certa polarização entre estudos sobre cultura e identidade e estudos sobre estratificação e desigualdade. A produção mais recente evidenciou uma ampliação considerável do leque temático, bem como os campos de estudo, de modo que cada vez mais as pesquisas sobre relações raciais se consolidam em uma perspectiva multidisciplinar.

Dentre toda a diversidade temática e de abordagem das comunicações orais identificadas, destacamos algumas. A primeira é com relação à análise de livros didáticos como um recurso para a discussão do tema que apareceu em trabalhos de todas as edições do evento. Elas foram assumindo abordagens diferentes e cada vez mais específicas, como pelo critério das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 ou pela ideia de decolonialidade. A Lei nº 10.639/2003 é outro elemento importante. Ela esteve presente em títulos de trabalhos de todas as edições, à exceção de 2015. Na análise mais detalhada dos resumos e dos trabalhos completos, percebemos que ela é mencionada na maioria absoluta dos trabalhos, tanto como uma conquista significativa do movimento negro brasileiro quanto como elemento de definição da educação das relações étnico-raciais e antirracistas. Entre as comunicações mais recentes, destacamos a expansão da discussão sobre gênero e raça, que também foi identificada na revisão de Barreto *et al.* (2021). No caso dos trabalhos do ENESEB, percebe-se uma preocupação crescente em visibilizar o trabalho e a análise de intelectuais negras e “amefricanas”. Percebemos também que a perspectiva das teorias decoloniais ganharam espaço, sendo utilizadas para além da análise de livros didáticos, mas também para problematizar o currículo e indicar possibilidades pedagógicas.

Com relação às referências bibliográficas e/ou marcos teóricos indicados nos resumos, e/ou textos completos disponíveis, a mais citada é a professora Nilma Lino Gomes, seguida pelo professor Kabengele Munanga. Há referências também de Petronilha Gonçalves e Silva, Clovis Moura, Antonio S. Guimarães, Oracy Nogueira, Renato Ortiz, Bell Hooks, Achille Mbembe, Carlos Hasenbalg, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento,

Florestan Fernandes, Franz Fanon, Lilia Schwarcz, Aníbal Quijano, Catherine Walsh e outros. Nota-se que as referências não têm sido exclusivas do campo acadêmico das Ciências Sociais, Considerando a revisão de Barreto *et al.* (2021), acreditamos que o trabalho com questões raciais no ensino de Sociologia também tem sido feito em uma perspectiva multidisciplinar.

Acreditamos que há outros aspectos que poderiam ser explorados desse conjunto de trabalhos. Entretanto, os apresentados já nos evidenciam que há mais diversidade e criação sobre o trabalho com questões raciais na Sociologia praticada e ensinada nas escolas de Ensino Médio que o subcampo acadêmico tem conseguido registrar, representar e analisar. Nesse sentido, acreditamos que há um saber escolar e docente antirracista, que vem sendo produzido por professores de Sociologia nas escolas de Ensino Médio do país, não sem conflitos ou contradições, mas com esforço e responsabilidade, que merece ser mais visibilizado, pesquisado e analisado. Fizemos aqui uma primeira contribuição.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Paula Cristina da Silva et al. A produção das Ciências Sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo (SP), n. 94, p. 1–35, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. A sociologia e a escola em debate nos Encontros Nacionais sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 309–315, 2015.

O ENSINO DAS HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A LEI n° 11.645/2008: o estado da arte entre 2015 e 2020

Letícia Rodrigues da Anuniação
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

José Valdir Jesus de Santana
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A promulgação da Lei n° 11.645/2008 torna obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas na educação básica, a partir disso, faz-se relevante o estudo do que tem ocorrido para que a referida legislação seja cumprida. À vista disso, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar a produção científica sobre o ensino de histórias e culturas indígenas na Educação Básica, no período de 2015 a 2020, no banco de dissertações e teses e no portal de periódicos da CAPES.

A implementação da referida lei aguça o interesse de pesquisadores das relações étnico-raciais no Brasil, haja vista que esta pode motivar questionamentos sobre as diversas formas de apropriação das orientações legais no que tange ao ensino e ao aprendizado sobre a diversidade cultural brasileira em diversas instâncias (SOUZA, 2015). Apesar de ser o resultado de muitas décadas de luta por representação e espaço nos campos sociais de disputa de narrativa, a Lei n° 11.645/08 é fruto das lutas empreendidas pelos movimentos negros e indígenas na busca por uma educação antirracista e intercultural.

É fundamental evidenciar que a lei supracitada reitera a Lei n° 10.639/2003, que diz respeito à determinação de que seja obrigatório o ensino das Histórias e Culturas Afro-brasileiras, ao somar que a obrigatoriedade também deve abranger o ensino das Histórias e Culturas Indígenas. Assim, a Lei n° 11.645/08 estabelece que esses conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Material e métodos

Inicialmente, nos primeiros dois meses de pesquisa, foi executada a localização das pesquisas no banco de dissertações e teses e no portal de periódicos

da CAPES, e a classificação e a organização das pesquisas. Logo, nos meses seguintes, houve o aprofundamento teórico sobre histórias e culturas indígenas com posterior análise e discussão da produção acadêmica encontrada para a elaboração do referencial teórico.

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica (GIL, 2012) e de natureza qualitativa (CHIZZOTTI, 2008). Isto posto, houve a localização de pesquisas no banco de dissertações e teses da CAPES, e no portal de periódicos da mesma instituição, para identificar e analisar como tem ocorrido a implementação da Lei nº 11.645/2008. Em seguida, a classificação e organização dos trabalhos para realizar o aprofundamento teórico sobre o conteúdo do material encontrado.

Para refinar a busca da produção acadêmica sobre o tema fizemos um recorte temporal que compreende de 2015 a 2020. Com o intuito de incorporar como a categoria interculturalidade tem sido mobilizada nas produções acadêmicas, a seleção do material, além de contemplar os trabalhos que citam diretamente a Lei nº 11.645/08 em seu título, englobou também trabalhos que discutem as relações étnico-raciais no ensino da educação básica e, conseqüentemente, tratam sobre essa legislação em seu conteúdo.

Resultados e discussão

A partir da construção do material teórico com foco nas histórias e culturas indígenas, que conta com 61 trabalhos encontrados presentes nos domínios digitais da CAPES, sendo 1 resenha, 28 artigos, 29 dissertações e 3 teses. Portanto, caracteriza-se como importante identificar e analisar as pesquisas que têm sido realizadas, tendo como “objeto” o ensino das Histórias e Culturas Indígenas na educação básica, uma vez que a abundante produção acadêmica sobre essa temática demonstra sua pertinência social.

Dessa forma, o propósito foi identificar os limites e as dificuldades que se colocam no caminho da implementação da Lei nº 11.645/2008 através das produções selecionadas, como alguns trabalhos apontam que existem problemáticas no que diz respeito ao estereótipo da imagem dos indígenas presentes em livros didáticos. Ao analisar como a categoria interculturalidade tem sido mobilizada nas pesquisas, foi

possível constatar que é um aspecto protagonista em estudos sobre as relações étnico-raciais na educação básica.

Identificamos trabalhos realizados em diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas. Pode-se dizer que há uma variedade de estudos acadêmicos sobre o ensino de Histórias e Culturas Indígenas na educação de maneira geral e, no que tange ao processo de efetivação da Lei nº 11.645/08, o número é mais reduzido. As pesquisas apontam para tensões e dificuldades no processo de implementação da referida lei, que resultam, dentre outras coisas, da falta de conhecimento acerca das populações indígenas em nosso país e da propagação de estereótipos em relação a esses coletivos que continuam, infelizmente, sendo reproduzidos no espaço escolar.

Conclusões

Com base nos resultados alcançados notou-se que a produção científica sobre as questões que envolvem a Lei nº 11.645/08 são de extremo valor para estudo, não só da efetivação da legislação brasileira, como também do debate sobre como está acontecendo a inserção e a presença da pauta das relações étnico-raciais no país dentro do contexto de formação escolar. Fundamentando-se nesse referencial teórico é possível traçar um diagnóstico que evidencia que a obrigatoriedade do ensino do conteúdo da referida lei, por vezes, não alcança todos os currículos escolares, e mesmo onde se faz presente, não é sinônimo de que esteja sendo ministrado da maneira adequada.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pela oportunidade de atuar como voluntária do Programa de Iniciação Científica – PIBIC, ao meu orientador Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana pela colaboração e confiança. E também à minha família e aos amigos que se fazem presentes em minha trajetória.

Referências Bibliográficas

CHIZZOTTI, Antonio (2003). **Uma pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, 16 (2),221-236. ISSN: 0871-9187. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37416210>. Acesso em: 10 de out de 2022.

GIL, Antônio Carlos. (2012). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONCALVES, Jacqueline Castro. **Narrativas indígenas no ensino fundamental i: o que dizem os materiais didáticos?** 2019 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LOPES, Maria Carolina Neves. **Quem são os indígenas presentes nas políticas curriculares: um estudo da Lei nº 11.645/08**. 2019. 62 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

NETO, Tania Danielle Vieira. **Relações étnico-raciais no ensino fundamental II em escolas públicas da cidade de Manhumirim/MG**. 2019 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

SOUZA, Gleice Keli Barbosa. **“Os esquecidos da História” e a Lei 1.645/08: continuidades ou rupturas? Uma análise sobre a representação dos povos indígenas do Brasil em livros didáticos de História**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

SOUZA, Gleice Keli Barbosa. **“Os esquecidos da história” e a lei 11.645/08: continuidades ou rupturas?** Uma análise sobre a representação dos povos indígenas do Brasil em livros didáticos de história. 2015 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: raça e classe como categorias essenciais para o ensino médio

Lucas Bonina Trindade
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

O presente trabalho propõe uma análise/reflexão sobre o ensino de Sociologia em uma perspectiva de “raça e classe” e, conseqüentemente, a necessidade de se pensar um ensino de Sociologia que trate dessas categorias de maneira mais efetiva e contínua no currículo escolar do ensino médio.

Seguindo a reflexão, abordaremos a categoria “raça” como central e imprescindível ao ensino de Sociologia. Isso não descarta e nem diminui a necessidade e a importância da categoria “classe” no mesmo processo de ensino.

Consideramos ser importante e necessária uma provocação em caráter de reflexão sobre o ensino de Sociologia que aborde com mais profundidade a questão racial e os seus desdobramentos na classe, uma vez que são categorias com profundas relações históricas e sociais. Conforme apontam os trabalhos de Florestan Fernandes, “raça e classe” são categorias indissociáveis, categorias explosivas e com potencial muito grande de transformações sociais. Fernandes (2003, p. 151) destaca que:

Nada de separar raça e classe. Na sociedade brasileira, as categorias raciais não contêm em si e por si mesmas, uma potencialidade revolucionária (...). Portanto, para ser ativada pelo negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de “raça” e “classe” regule a eclosão do povo na história (FERNANDES, 2003, p. 151).

Ainda que o autor não faça menção direta aos educadores, entendemos que cabe a nós, professores, compreendermos a importância dessa reflexão para o nosso campo prático de ensino. Nesse sentido, Fernandes sinaliza à educação a necessidade de uma atuação docente em que essas duas categorias se tornem imprescindíveis para o ensino de Sociologia.

Diante do exposto, o presente texto destina-se em apresentar ao leitor uma reflexão sobre o ensino de Sociologia, especificamente, o ensino de Sociologia em uma perspectiva de raça e com profundas reverberações na classe. Nesse sentido,

torna-se necessário responder: qual é a importância da categoria “raça”, como eixo essencial no ensino de Sociologia?

Entendemos ser essencial, uma vez que esta seja trabalhada como categoria política e sociológica. A inclusão da categoria raça de maneira mais contínua poderá conduzir o processo de ensino de Sociologia em uma perspectiva mais “honestá” sobre a História do Brasil, mais sensível ao nosso problema estrutural de racismo e, sobretudo, às relações imbricadas com a classe que se reverbera na nossa estrutura social racista e desigual.

Especificamente, a inclusão no currículo das categorias raça e classe de forma mais contínua e combinadas, implica em uma abordagem crítica e social sobre o processo de formação do povo brasileiro, a constituição do racismo estrutural e as origens das desigualdades raciais/sociais no Brasil, considerando que estes fenômenos se expressam largamente também no campo do trabalho e da educação.

Raça enquanto categoria essencial

Quando abordamos questões que incluem as relações raciais no Brasil, especificamente, sobre a questão da “raça”, somos direcionados para uma reflexão e também para rememorar diversos efeitos e consequências das teorias racistas, do mito da democracia racial protagonizado por Freyre e, conseqüentemente do processo de fundação do Brasil. Pontuamos que, embora “superamos” a ideia de “raça” no âmbito da Biologia, o mito de uma sociedade multirracial democrática conserva-se em grande parte do imaginário social brasileiro.

Sendo assim, ao dialogarmos sobre a categoria “raça”, estamos trabalhando-a enquanto categoria política e sociológica, pensando, a partir disso, quais são os impactos, efeitos e legados dessa categoria na sociedade. Nessa perspectiva e corroborando com a ideia de raça enquanto elemento de classificação e hierarquização, Schwarcz (2012, p. 34) destaca:

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence a ordem das representações sociais [...] como exerce influência real no mundo, por meio da produção e da reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas (Schwarcz, 2012, p. 34).

A partir desse conceito podemos caminhar para a compreensão de que a construção, seja ela cultural, social ou histórica, possui suas bases na gênese da “dominação”, em outros termos, é na sobreposição de um povo sobre o outro, ou seja, passa pela ideologia de oprimir e explorar aqueles considerados hierarquicamente inferiores e não civilizados.

Portanto, trabalhar com “raça” enquanto categoria sociológica e política é utilizá-la também como um instrumento de luta social ou, como afirma Guimarães (2009, p. 26), “se torna muito difícil imaginar um modo de lutar contra uma imputação ou discriminação sem lhe dar realidade social. Deste modo, a categoria raça que aqui tomamos por base e com a qual concordamos está pautada na negação de “raça” enquanto categoria biológica ou, qualquer intuito em categorizar a humanidade por “raças”, isto é, utilizar um conceito que, apesar de não existir no senso comum e não ter base biológica para as ciências, configura-se em uma realidade social influente e fidedigna para se pensar as formas de discriminação e preconceitos em nossa sociedade

Conclusão

Entendemos que problematizar sobre a importância e a essencialidade da categoria “raça” e classe no ensino de Sociologia no Brasil, provoca uma urgência de pensar o Ensino de Sociologia como ferramenta imprescindível para descortinar mitos, preconceitos e “falsos” ensinamentos sobre a formação do Brasil, acrescenta-se a isso, a importância da Sociologia enquanto disciplina para a formação de uma sociedade mais justa, harmoniosa, conhecedora de suas lutas, movimentos e de suas identidades múltiplas.

Nesse sentido, temos a possibilidade enquanto docentes de atravessar diversos outros temas que a “raça” é central, como o desemprego, a violência, o trabalho, o genocídio da juventude negra, o racismo, o feminicídio e a negação da própria raça. Consideramos que todas essas categorias são fundantes no ensino de Sociologia e, neste caso, é preciso reconhecer que a “raça” enquanto categoria situa-se central ou atravessada em todos esses fenômenos sociais. Assim, vislumbramos que abertos a essa reflexão/provocação, poderemos ter no ensino de Sociologia um

ganho pedagógico e social no processo de ensino e aprendizagem de alunos do ensino médio.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI nº 10.639/2003: um estudo bibliográfico

Felipe Souza Bonfim

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

José Valdir Jesus de Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar a produção acadêmica, com foco no ensino de Sociologia no ensino médio, que tem como objeto de estudo a compreensão dos processos de implementação da Lei nº 10.639/2003, disponível no banco de dissertações/teses e no portal de periódicos da CAPES.

Quase duas décadas desde a promulgação da Lei nº 10.636/2003, que garante a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira na educação básica, e as defasagens de não cumprimento da lei e falta de suporte à coordenação pedagógica e ao corpo docente de escolas, principalmente públicas, segue quase as mesmas quando a temática racial entra em pauta.

Para além disso, na disciplina de Sociologia, quando o assunto “raça” está sendo elaborado, a falta de material de apoio aos professores, a inexistência, em muitos casos, de licenciados em Ciências Sociais ministrando essa disciplina e a resistência em mantê-la dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) fortalecem as dificuldades em um ensino de Sociologia que garanta abordar temas centrais sobre a história de afro-brasileiros.

A Lei nº 10.636/2003 objetiva resgatar as contribuições dos negros na construção e na formação da sociedade brasileira, como informam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Culturas Afro-brasileira e Africana (2004).

Material e métodos

As atividades desenvolvidas durante o primeiro semestre da pesquisa se deram através de: a) localização das dissertações, dos artigos e das teses no banco de dados da CAPES; b) aprofundamento teórico sobre as relações étnico-raciais; c) aprofundamento teórico sobre o ensino de Sociologia, tendo como foco a Lei nº

10.639/2003; d) aprofundamento teórico sobre o campo da Sociologia das relações raciais; e) aprofundamento teórico sobre o campo da educação para as relações étnico-raciais, tendo como foco a Lei nº 10.639/2003; e f) construção do referencial teórico/metodológico.

A pesquisa é do tipo bibliográfica e de análise documental, tendo como fonte os documentos do banco de dados da CAPES. Desta forma, durante 6 (seis) meses, foi realizado um levantamento de dissertações, artigos e teses em espaços de tempo diferentes através de vários descritores, como: “o ensino de Sociologia e a Lei nº 10.639/2003”, com marco temporal do ano do sancionamento da lei em 2003 até, primeiramente, em 2015, mas por começar a achar sempre as mesmas obras foi estendido até o ano de 2021.

Para além disso, foi analisada também em qual região há mais publicações de obras relacionadas à temática da Sociologia e a Lei nº 10.639/2003 e qual subtemas estão sendo mais prestigiados pelos teóricos, como “formação de professores, a importância da Sociologia e da lei supracitada, intolerância religiosa etc.”. No semestre seguinte, foi realizada uma leitura nas 12 (doze) obras escolhidas para entender como essas pesquisas estão sendo feitas. Para isso, o foco deu-se nos tópicos de resumo, introdução, resultados e discussão, e também na conclusão das pesquisas.

Por certo, para aprofundamento teórico, foram utilizadas as obras que apresentavam a questão racial, a educação para as relações étnico-raciais e a Sociologia, sempre com foco na Lei nº 10.639/2003, como as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Culturas Afro-brasileira e Africana” (2004).

Resultados e discussão

Para a realização da pesquisa no banco de dissertações e teses da CAPES, para encontrar temas referentes à temática estudada, foram utilizados descritores mais próximos da área de análise, marco temporal do ano da promulgação da Lei nº 10.636 em 2003 até 2015 e, posteriormente, até 2021. Apesar de ter um número grande de quantidade nas pesquisas realizadas, foram encontrados temas mais próximos ou à Sociologia ou à Lei nº 10.639/2003, sendo mais difícil se deparar com teses, artigos e dissertações que abordassem ambas

as temáticas, como mencionado anteriormente.

Desta forma foram separadas doze obras (no primeiro semestre foram encontradas treze obras, porém uma não foi possível ser baixada até o dado momento) disponíveis na CAPES, que estão mais próximas ao objeto de estudo para a realização da análise. Em primeira instância, identificou-se em qual região estava concentrada a produção acadêmica sobre a temática do ensino de Sociologia e a Lei nº 10.639/2003: sendo 8 (oito) deles da região Nordeste do Brasil, 3 (três) da região Sudeste e 1 (um) da região Sul, assim, nas regiões Norte e Centro-Oeste não foram encontrados teses, artigos e dissertações durante o levantamento da temática.

Na região Nordeste é possível notar um grande número de produções realizadas no estado do Ceará. Das 8 (oito) pesquisas analisadas, 7 (sete) são provenientes do estado supracitado. Já no que se refere às temáticas prestigiadas pelos autores foram analisados os “Resumos” e as “Palavras-chaves” dos documentos acadêmicos para o entendimento deles. Desta forma, nota-se a constância de alguns temas escolhidos, como “práticas pedagógicas de ensino” e “educação antirracista”, além dos termos “ensino de Sociologia” e a “Lei nº 10.639/2003”.

Além do mais, na realização da pesquisa, foi percebida a frequência de outros termos nos títulos de outras obras, como “permanência”, “capacitação de professores” e “dificuldades”, observando, ainda, mesmo quase duas décadas depois da promulgação da Lei nº 10.639/2003, os conflitos existentes no que tange à aplicação dela. A metodologia utilizada pelas teses/artigos/dissertações, observada pelos resumos, concentra-se em análise documental e pesquisa bibliográfica, tendo em vista que a maioria dessas pesquisas são realizadas no âmbito escolar e utilizam-se dos livros didáticos escolhidos por elas para entender a proposta pedagógica selecionada pela instituição.

Conclusões

Diante dos resultados obtidos percebe-se a necessidade de investir em pesquisas que tenham como foco o ensino de Sociologia e a educação para as relações étnico-raciais, posto que, conforme identificado, há poucos estudos direcionados a esse campo. Se, por um lado, a Sociologia das relações raciais é um campo consolidado de estudos em nosso país, o ensino de Sociologia precisa, em

conformidade com a Lei nº 10.639/2003, possibilitar esse diálogo, tão central para a construção de uma educação antirracista.

Agradecimentos

Quero agradecer ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter me dado a oportunidade de ser pesquisador no Brasil. Ao meu orientador Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana por ter confiado e me guiado durante esta jornada. Aos familiares, amigos e afetos que estiveram sempre ao meu lado.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Maria Gisele de. **A lei 10.639/03: possibilidades e impossibilidades de desvendamento das muitas nuances das relações raciais no Brasil**, Londrina, 2015. 244 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora - as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Alfrâncio (Orgs.). **Escritos de Educação**, 9. ed. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 39-64.

DANTAS, Daniely Nascimento Marreira. **A construção da identidade negra na escola: dialogando com o ensino de sociologia**. Marília, 2020, 123 f. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Maria Valéria Barbosa, 2020.

GOES, Bibiane Oliveira Silva. **O "fazer" a Lei 10.639 do Colégio Estadual Matriz de Ibitiara-BA: adentrando as veredas do ensino de Sociologia**. 2020, 176f Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro - BA, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: resignificando e politizando a raça. **Revista Educ. Soc., Campinas**, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul. - set. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em 29 dez 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor, Classes e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940.1960. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 143-158.

LIGEIRO, Isabela Rodrigues. **O ensino de sociologia no ensino médio: enfrentando o racismo a partir da sala de aula**, Belo Horizonte, 2020. 125 f. Dissertação (mestrado em Educação), Programa de Mestrado em Educação e

Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2020.

SANTOS, Isabel Cristina dos. **O que Exu tem a ver com a escola**, 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2016.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização: In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 41-58.

POBREZA MENSTRUAL E O PROJETO DE ABSORVENTES EM ALAGOAS: o papel das Ciências Sociais

Brena Sirelle Lira de Paula
Universidade Federal de Alagoas

A menstruação é entendida como um período em que acontece o corrimento fisiológico do sangue e do tecido mucoso das paredes internas do útero, ou seja, é uma descamação do interior do útero ou um processo de expulsão do sangue menstrual. A menstruação é um período natural do ciclo reprodutivo da mulher e ocorre todo mês, desde a adolescência até a menopausa da vida de pessoas que têm útero.

Mesmo sendo uma etapa completamente normal e natural na vida das mulheres, a menstruação é carregada de tabus e preconceitos. Além disso, há vários obstáculos a serem percorridos no período da menstruação, melhor dizendo, para muitas mulheres, a menstruação é uma perturbação do seu bem-estar, principalmente pelo desconforto físico, psicológico e social. Uma dessas perturbações ou obstáculo é compreendido como a “pobreza menstrual”.

A “pobreza menstrual” é referente à precariedade do acesso aos produtos básicos de higiene e de recursos necessários durante o período menstrual, isto é, por conta das misérias sociais e a falta de infraestrutura tornam a menstruação um grande incômodo e problema para as mulheres (ASSAD, 2021; UNFPA & UNICEF, 2021; CASSIMIRO *et al.*, 2022).

É importante ressaltar que consideramos que a “pobreza menstrual” está muito além da condição financeira do acesso aos itens de higiene, sobretudo ela também é relacionada com a escassez do acesso ao saneamento básico, como banheiros e água tratada, a falta de informações sobre a menstruação, a precária condição do acesso às questões de saúde, como medicamentos e ao atendimento ao ginecologista, aos itens de higiene, à tributação excessiva sobre os absorventes, entre outros. Essas situações tornam a menstruação como algo desagradável, um ciclo perturbante para algumas mulheres, especialmente por sua relação direta com o órgão genital feminino, que possui uma microbiota em constante equilíbrio, o que demanda uma higiene adequada para a prevenção de infecções, principalmente, a higiene pessoal durante a gravidez e nos períodos de menstruação (ASSAD, 2021, p. 142).

Dessa maneira, a “pobreza menstrual” causa alguns transtornos nas vidas de pessoas que menstruam, pois possibilita atrasos no desenvolvimento educacional, de saúde, financeiro e social. Segundo Bruna Bezerra, Camila Castro, Rosana Silva e Édar da Silva ([s.d.], p. 16), há a:

necessidade de políticas públicas para abater a pobreza menstrual, que englobem tanto a oferta de absorventes para meninas de escola pública, mulheres em vulnerabilidade social, presidiárias e mulheres em situação de rua, quanto solucionar o problema de saneamento básico e a tributação dos absorventes.

Segundo Zilah, Santiago, Carvalho e Ferreira (2021), a dignidade menstrual é uma temática que entrou em pauta, diante da urgente necessidade da criação de novas políticas públicas, que assegurem o direito higiênico e de saúde às pessoas que menstruam. Sendo objeto alvo dos Projetos de Leis nº 4.968, de 2019, e nº 5.474, de 2019, ambos propostos pela Deputada Federal, Sra. Marília Arraes. O primeiro institui o fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, o segundo busca garantir a oferta de absorventes higiênicos em unidades da rede de atenção primária à saúde, em âmbito nacional (BRASIL. Projetos de Leis nº 4.968 e nº 5.474, de 11 de setembro de 2019).

Os projetos que certificam a gratuidade de absorventes higiênicos demonstraram um grau elevado de relevância. Principalmente, após o resultado de pesquisas que apontam evidências das consequências da pobreza menstrual na vida de adolescentes, como no caso de muitas alunas que perdem aula por não possuírem um acesso digno, seguro e eficiente para conter o ciclo menstrual. No Brasil, segundo dados recentes do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 713 mil meninas não têm acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não dispõem de itens básicos de higiene ou de cuidados menstruais nas escolas. Isso inclui falta de acesso a absorventes e instalações básicas nas escolas, como banheiros e sabonetes (UNICEF; UNFPA, 2021). A falta de itens básicos de higiene pessoal pode ser um dos motivos para levarem as meninas a terem impactos negativos nos estudos.

Em Alagoas, o Projeto de Lei Ordinária nº 476/2021, também denominado de “Política Liberdade para Menstruar”, foi aprovado pela Assembleia Legislativa em julho de 2021, também foi aprovada a diminuição de impostos sobre absorventes, e

além da permissão do Governo de Alagoas para a distribuição de produtos para mulheres e meninas carentes. Com autoria da Deputada Cibele Moura (PSDB), o Projeto de Lei Ordinário nº 476/2021 institui e define diretrizes para a política pública “Liberdade para Menstruar”, no âmbito do estado de Alagoas.

No município de Maceió-AL há a existência do “Programa Dignidade para Menstruar”. Segundo a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, esse programa vai muito além da distribuição gratuita de “absorventes higiênicos para meninas e mulheres, estudantes da rede municipal de ensino de Maceió. A iniciativa, [...] vem quebrando tabus, conscientizando e empoderando mais de 12 mil alunas contempladas pelo programa” (2022).

Dessa forma, esse trabalho tem como problemática o percurso da aprovação da distribuição gratuita de absorventes nas escolas públicas do município de Maceió, Alagoas. Tendo em vista, o cenário das instituições políticas alagoanas em relação ao projeto dos absorventes e à repercussão da temática sobre “pobreza menstrual” para as Ciências Sociais. Dessa maneira, o principal objetivo é analisar o projeto de lei que visa garantir a distribuição gratuita de absorventes femininos em Alagoas e a importância das Ciências Sociais neste processo.

A existência das Ciências Sociais para este trabalho é importante para que possamos compreender melhor o funcionamento dos significados sociais da menstruação e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos para a “pobreza menstrual”. Ademais, as Ciências Sociais são necessárias para o entendimento da colaboração do projeto dos absorventes para o desenvolvimento da sociedade alagoana.

Para a realização desta pesquisa, a metodologia escolhida versou sobre a revisão teórica, a bibliográfica, o documental dos projetos de leis e a coleta de dados dos programas citados. Também foi realizada uma pesquisa empírica, em que foram coletados dados e relatos dos beneficiadores dos programas e projetos de leis do estado de Alagoas.

Referências Bibliográficas

ALAGOAS (Estadual). o projeto de lei ordinária nº 476/2021, de 09 de março de 2021. **Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas**. Alagoas, 2021. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/6893/protocolo_2_0210310_105625.pdf. Acessado em: 20 de out. 2022.

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021.

BITTENCOURT, Julita. Ações do Programa Dignidade Menstrual desmistificam e conscientizam alunas sobre menstruação. **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, 2022. Disponível em: <<https://maceio.al.gov.br/noticias/semmed/acoes-do-programa-dignidade-menstrual-desmistificam-e-conscientizam-alunas-sobre-menstruacao#:~:text=A%C3%A7%C3%B5es%20do%20Programa%20Dignidade%20Menstrual%20desmistificam%20e%20conscientizam%20alunas%20sobre%20menstrua%C3%A7%C3%A3o,-A%20a%C3%A7%C3%A3o%20visa&text=O%20Programa%20Dignidade%20Menstrual%20vai,municipal%20de%20ensino%20de%20Macei%C3%B3>>. Acessado em 20 de out. 2022.

BEZERRA, Bruna Caroline de Almeida et al. **POBREZA MENSTRUAL: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**. Faculdade Unidade de Campinas – FacUNICAMPS.

BRITO, Mariana A. P. da R. **Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para Mulheres e Meninas**. Orientadora Dra. Maria Carolina C. Motta. 2021. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, 2021. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19809>.

NERIS, Brenda Borba dos Santos. POLÍTICAS FISCAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DA TRIBUTAÇÃO INCIDENTE NOS ABSORVENTES FEMININOS. **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 743–759, 21 jan. 2021. Disponível em: <http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/533/541>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2022.

POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL: DESIGUALDADE E VIOLAÇÕES DE DIREITOS. [S. l.]: UNFPA/UNICEF, 2021 - . Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacao%20s-de-direitos>. Acesso em: 19 nov. 2021.

RODRIGUES, Giovana Olivato. **Quanto custa menstruar: um estudo sobre os direitos fundamentais das mulheres a partir da tributação de absorventes higiênicos no Brasil**. 2021. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 33-54, 2022.